

MEC: 0,001% para as não federais

Reitores das universidades estaduais e municipais criticaram a "irrisória" destinação de verbas do Ministério da Educação para estas instituições. As críticas estão na "Carta de Fortaleza", aprovada no I.º Encontro Nacional de Universidades Estaduais e Municipais, realizado em novembro último. O documento enfatiza que "a primeira e mais urgente mudança que se impõe (...) tem que incidir sobre os critérios de aplicação dos recursos destinados à educação, em decorrência da regulamentação da Emenda João Calmon". (Pág. 4)

Juca Martins / Agência F4



Weffort prefere entidades fortes a eleição direta na Universidade

"Sou contra a eleição direta para reitor e também para diretor e chefe de departamento", afirmou o cientista social Francisco Weffort em entrevista ao Jornal da UNESP. E explicou que prefere "grêmios estudantis agressivos, que façam greve dentro da escola se acharem conveniente, do que esta geléia geral em que as diferenças são dissolvidas numa falsa identidade. Isto não é democrático".

Weffort observa que seu partido, o PT, no qual atua a nível de dire-

ção, não tem propostas políticas para a Universidade: "creio que numa sociedade como a nossa as questões da educação que realmente se convertem em questões políticas, não têm recorte partidário. São supra-partidárias".

Na entrevista o cientista fala ainda sobre convivência na Universidade, autoritarismo, vestibular, comunidade e outros assuntos

(Págs. 6 e 7).



C.O. escolhe substitutos para reitor e vice

Na reunião do dia 30 de janeiro o Conselho Universitário escolheu, por votação, os cinco professores titulares que poderão vir a assumir a Reitoria no caso de algum impedimento da parte do reitor e do vice-reitor.

Essa escolha é feita sempre na primeira reunião do C.O. de cada ano, e os eleitos, pela ordem de sucessão, são os seguintes: Neivo Luiz Zorzetto, William Saad Hossne, Antonio Christofolletti, Alvanir de Figueiredo e Nilo Odália.

(N.R. — os substitutos do reitor ou do vice não devem ser considerados "pró-reitores". O Estatuto da UNESP não prevê a existência de pró-reitor, cargo que existe nas universidades federais e cujas atribuições vão além da substituição dos dois titulares da Reitoria).

Bolsa de estudo para calouros

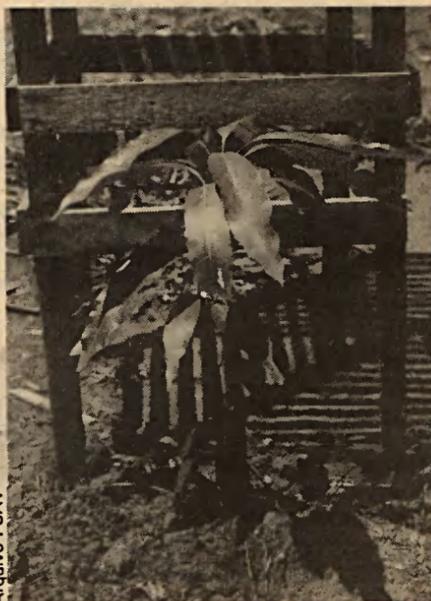
(pág. 10)

Cr\$ 74 bi para a
UNESP. É o convênio
com a França.
(Pág. 4)

Congresso em maio, com participação.

A próxima sessão do Congresso de Reestruturação deverá ser realizada em maio, se o cronograma elaborado for seguido à risca. E para que o novo Estatuto realmente represente mudanças importantes na Universidade, a Reitoria,

em editorial na página 3, observa que a participação nos debates preparatórios é fundamental, principalmente para que cada delegado leve ao Congresso posições sólidas e conseqüentes do segmento que representa.



Arquivo FCAV

FCAV planta árvores frutíferas em Jaboticabal

Em Jaboticabal a Universidade vem prestando um serviço amplo à comunidade: a FCAV, através de professores e alunos, está trabalhando com a Prefeitura Municipal num projeto de plantio de árvores frutíferas nos passeios públicos da cidade. O primeiro plantio (duzentas mudas no total) foi desenvolvido em novembro último num bairro de população de baixa renda.

(Pág. 12).

A UNESP fez aniversário

No dia 30 de janeiro último a UNESP completou dez anos de sua criação. O Conselho Universitário se reuniu nesse dia e lembrou a data. Em artigo na página dois, o professor Paulo Milton Barbosa Landim (foto), na condição de vice-reitor, enfatiza que o mais importante a se fazer agora é se preocupar melhor com o futuro.

Veja na pág. 5
um balanço
das atividades
da Reitoria
em 1985.

Maurício Simonetti / Agência F4



No dia 30 de janeiro de 1976 o governador do Estado, Paulo Egydio Martins, assinou a Lei n.º 952 criando a Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", que passou a abrigar os então chamados Institutos Isolados de Ensino Superior. No dia 30 de janeiro último, o Conselho Universitário, em reunião extraordinária, lembrou a passagem do décimo aniversário da UNESP.



Maurício Simonetti / Agência F4

Os dez anos da UNESP

PAULO MILTON
BARBOSA LANDIM

A UNESP comemora dez anos. Criada em 30 de janeiro de 1976, nossa história remonta há uns 25 anos atrás, pois não é possível nos desvincularmos da experiência universitária que foi acumulada pelos antigos Institutos Isolados.

Por enquanto, apenas o Conselho Universitário se manifestou a respeito, em sua reunião do dia 30 de janeiro passado, mas já há uma programação sendo preparada, a qual deverá envolver toda a comunidade de nossa Universidade sobre esse mesmo tópico. A chamada grande imprensa publicou ligeiros noticiários, enfatizando apenas as crises que a UNESP tem enfrentado nesses anos.

Existem sempre duas atitudes em relação a uma data de aniversário: ou se comemoram os anos passados, ou se planeja para o futuro. Prefiro a segunda opção. Após um ano e pouco de novos tempos na UNESP, já se pode começar a tecer algumas considerações a respeito do que foi alcançado e, conseqüentemente, discutir com relação aos desafios, que são muitos, e que ainda se acham presentes.

Algumas conquistas já foram conseguidas: as listas para escolha de diretores voltaram a ser tripliques e não mais sêxtuplas; a representação discente nos órgãos

colegiados foi aumentada para o seu máximo legal, ou seja, 1/5; há representação de funcionários nas Congregações; para se fazer concursos de Assistente e de Titular não há mais necessidade de se oferecer a própria verba; as bolsas de auxílio ao estudante não são mais reembolsáveis; o jubileamento por três reprovações acabou, etc.

Em andamento, além dos estudos sobre a reformulação de nosso Estatuto, pode ser citado: o Conselho Universitário terá sua constituição ampliada dos atuais 43 membros para 74, assim distribuídos: Reitor, Vice-Reitor, 21 Diretores de Unidades, 1 Diretor Superintendente do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza", 5 representantes de Professores Titulares, 5 representantes de Professores Adjuntos, 5 representantes de Professores Assistentes Doutores, 5 representantes de Professores Assistentes, 5 representantes de Auxiliares de Ensino, 3 representantes de Federações, 11 representantes do corpo discente e 11 representantes dos funcionários; tal modificação estatutária, de grande alcance, já foi aprovada pelo Conselho Universitário e pelo Conselho Estadual de Educação, faltando apenas o aval do Senhor Governador para que a medida se concretize. Está também em caminhar, entre ou-

tros, estudos sobre a implantação do Estatuto para docentes, a reformulação do atual Estatuto dos servidores, a criação de monitoria para alunos, o estabelecimento de uma política para a criação e implantação de cursos novos de graduação e de uma estrutura que cuide especificamente do desenvolvimento das pesquisas de nossa Universidade.

É evidente que não é a Retórica sozinha que está fazendo isso tudo, mas sim os vários órgãos e comissões especialmente constituídas que atuam nos mais diversos níveis dentro da UNESP. Graças ao momento democrático que atravessamos, e que deve tornar-se irreversível, as idéias circulam livremente por todos os segmentos e desse modo acabam por se tornar realidade.

O grande desafio da UNESP é transformar-se numa verdadeira Universidade e a definição de qual deve ser o seu modelo cabe a todos nós e não apenas a uns poucos que, momentaneamente, ocupam o poder.

É chegada a hora de não questionarmos tanto sobre o que a UNESP deve ou pode fazer por nós, mas sim começarmos a nos questionar sobre o que devemos ou podemos fazer pela UNESP.

O autor é vice-reitor da UNESP.

Do leitor

Da A.P.E.C.

Com satisfação comunicamos a V.Sas. que estamos recebendo regularmente o "Jornal da UNESP" e queremos expressar-lhes o nosso sincero agradecimento pelo envio do importante veículo de comunicação que contém artigos e informações muito proveitosas, contribuindo para a troca de experiências e estímulos nas mais diversas áreas do ensino e da cultura. Leodete Gazonim, redatora do jornal da Associação Prudentina da Educação e Cultura, Presidente Prudente.

Agradecimento ao dr. H. Bicudo

Ao término dos trabalhos da comissão de redação do anteprojeto do ESUNESP, queremos agradecer publicamente a carinhosa e inestimável colaboração do dr. Hélio Bicudo para que a nossa tarefa fosse realizada. O importante não é quando conhecemos uma pessoa, e sim quando ela passa a existir dentro da gente. Sérgio Lopes, membro da comissão de redação do ESUNESP.

Creche em Assis

Há cerca de 6 anos os professores, funcionários e alunos do Campus de Assis têm se mobilizado para obter a instalação de uma creche em seu campus. Nos últimos meses esse movimento se ampliou e se fortaleceu, principalmente a partir da criação de uma Comissão integrada por elementos das três categorias, tirada em reunião geral com a Comunidade Acadêmica do ILHPA. A creche que queremos deve servir não só como local para os pais deixarem seus filhos, mas deve atender principalmente às necessidades das crianças, de modo a propiciar-lhes condições para um desenvolvimento harmônico e integral. Comissão Pró-Creche no ILHPA.

As cartas, datilografadas, devem ser assinadas e seus autores identificados com R.G. ou número de matrícula funcional na Universidade, além de mencionar a que unidade universitária pertence.

Como publicar suas notícias

Os interessados em divulgar eventos, informar sobre trabalhos de ensino, pesquisa e extensão de serviços à comunidade, em fim comunicar algo importante e significativo para sua unidade, departamento, grupo de trabalho, entidade etc, devem escrever para o Jornal da UNESP (Praça da Sé, 108, 4º andar; CEP 01001, São Paulo). Não é preciso se preocupar com a linguagem em estilo jornalístico. Apenas, na medida do possível, procure responder às seguintes indagações sobre aquilo que você quer publicar: o que, quando, onde, como e por que. Dessa forma teremos todas as informações necessárias para redigir a matéria. De preferência utilize papel timbrado e, sempre, não se esqueça de se identificar para que seja fácil a sua localização no caso de precisarmos de mais informações. Cartas sem identificação de um responsável não serão consideradas.

Para o envio do texto, utilize — se preferir — o próprio malote da Universidade. Pelo menos uma vez por semana sai um malote da sua Unidade para a Retoria.

Se preferir passar a informação pelo telefone, tudo bem. Pessoalmente, será bem recebido.

unesp

Órgão da Retoria da UNESP — Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".
Retoria: Praça da Sé, 108, São Paulo. CEP 01001.

CONSELHO UNIVERSITÁRIO
Reitor: Jorge Nagle

Vice-reitor: Paulo Milton Barbosa Landim

Diretores: Roberto Holland, Lourival Larini, Carlos Landucci, Nilo Odália, Waldemar Saffioti, Fernando Manuel de Mendonça, Ricardo Antônio de Arruda Veiga, William Saad Hossne, Waldir Gandolfi, Neivo Luiz Zorzetto, Manuel Nunes Dias, Antonio Gilberto F. Fernandes, Fernando Mesquita Lara, Wanderley José de Melo, Alvanir de Figueiredo, Amilton Ferreira, Antonio Christofolletti, Sylvio Simões, Myrtes da Fonseca Pinto, Alfredo Leme Coelho de Carvalho, Alfredo João Rabaçal, José Ruy Ribeiro.

Representantes docentes: José Maria Menezes Campos, Percy Sampaio Camargo, Manuel Molina Ortega, Ivaldo Melito, José Guimarães Mello, Hamilton da Rosa Ferreira, Antônio Meresi.

Representantes discentes: Domingos Carneseca Neto, Eunice Maria Maziero, Ernesto Kenshi Carvalho Maeda, João de Castilho Cação, Francis Warner Raimundo Staduto, Paulo Duarte Leite Prigenzi, Sandra Maria Ferreira, Bento Guerreiro Júnior.

Representante técnico-administrativo: Nivaldo Edson de Mello.

FAESP: Misael De Túlio

FIESP: Carlos Eduardo Uchoa

FCESP: Abram Szajman

Este jornal é elaborado pela Assessoria de Comunicação e Cultura da Retoria da UNESP. Endereço: Praça da Sé, 108, 4º andar — 01001 — São Paulo. Telefones: (011) 32-7171 (ramais: 184 e 186), 32-7755, 32-7757. **Setor de Comunicação:** José Roberto Ferreira e Antônio Alberto Prado (jornalista responsável). **Setor de Cultura:** Renato Barone e Plínio Silva Telles.

Arte: Celso Pupo

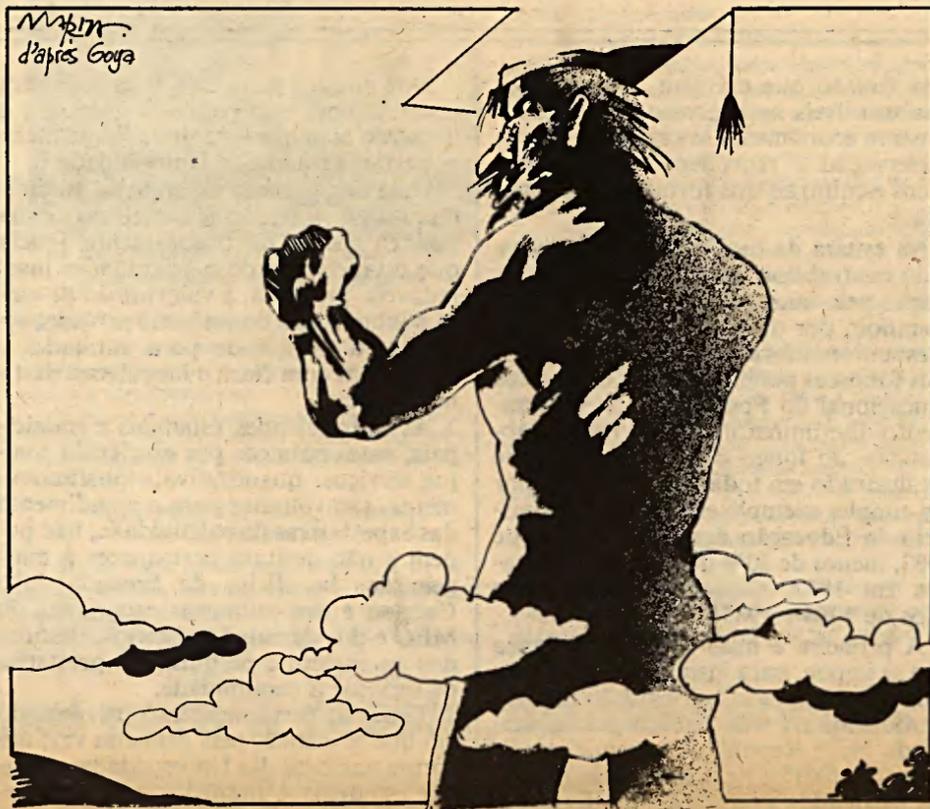
Composição e impressão: Cia. Editora Joruês. Rua Artur Azevedo 1977 (Pinheiros), São Paulo.

Reestruturação: a participação necessária

Não consiste em mero acaso o empenho, quase decenal, das forças democráticas da UNESP de contraporem-se ao seu Estatuto. Gestado em condições desfavoráveis ao debate, poucos foram ouvidos e muito poucos decidiram. Peça acabada de concentração de poderes, possibilitou a política do dividir para governar, aproveitando-se da atomização dos Institutos Isolados e aprofundou a estreita política provinciana. Interesses das unidades, de grupos ou pessoas dominavam e inibiam uma política abrangente. Prebendas e trocas de favores satisfaziam uma osmose perfeita entre o poder e o provincianismo.

Não é também mero acaso o empenho desta Reitoria, articulada com as forças democráticas da UNESP, para a revisão do seu Estatuto. Coube à Comissão Central de Reestruturação, criada em agosto de 1984, juntamente com as Comissões Locais, estabelecer um calendário para o debate do Estatuto, respeitadas, em todas as instâncias, a legítima prática da democracia. Desde os trabalhos preparatórios ao Simpósio de Botucatu, em novembro de 1984, até o Congresso em Jaboticabal e Araraquara, em junho de 1985, surgem algumas questões essenciais para o nosso exame.

A primeira delas é o que poderia denominar-se como "perigos do corporativismo". Por mais que se pondere a existência da "comunidade universitária", não é possível desprezar a existência de interesses específicos em cada uma das três categorias que compõem a Universidade. Diferenças baseadas



nas funções e atividades diversas e necessárias para a sobrevivência da Instituição. Se, nos momentos em que a Universidade se vê ameaçada, é possível a unidade impor-se mais que as diferenças, o mesmo não ocorre quando a perspectiva é a da criação. Nisto não há nenhum mal, a não ser que o peso das categorias na defesa de seus interesses inviabilize a Universidade. É preciso também destacar que tanto o corporativismo como o provincianismo (de larga penetração pelos motivos já indicados) em nada contribuem para

a democracia, antes alimentam a estreita senda populista.

A segunda questão é a que poderia enquadrar-se nos "perigos da bionização dos delegados". O acompanhamento sereno e isento dos trabalhos de reestruturação indica essa questão como primordial. Não foi possível até aqui respostas das diferentes categorias — apesar de todas as condições objetivas favoráveis — que demonstrassem uma vigorosa vontade de transformação. O Congresso de Reestruturação

não entusiasmou ainda. Os esforços das Comissões Locais, das entidades (ADUNESP, ASUNESPs e DCE) e da Comissão Central não têm surtido o efeito esperado e necessário para tarefa de tal importância.

Nesses dois meses que nos separam do Congresso de maio, o empenho deverá ser redobrado. Em cada Unidade da UNESP será necessário o clima envolvente dos debates em torno do anteprojeto do Estatuto. Em cada unidade o estudo acurado desse documento deverá privilegiar as nossas atividades. Reflexão e não palavras de ordem postas no vazio analítico. Os princípios e as idéias deverão estar acima do prestígio de pessoas ou grupos e a Universidade a ser criada com o novo Estatuto deve sobrepor-se aos particularismos regionais e ao corporativismo, de profundos efeitos deletérios. Esquentar os debates em cada Unidade da UNESP, envolver de modo variado toda a comunidade, numa palavra, estudar e refletir sobre o Estatuto da Universidade que pretendemos transformar e jamais desqualificar a relação democracia e competência.

Caso contrário, corremos o sério e irreparável risco de dar todo o ônus das decisões aos delegados que, mesmo eleitos pelas suas categorias, não poderão representá-las, uma vez que além dos votos nada mais lhes será oferecido para a legítima prática da democracia. Descompromissados com as categorias que não lhes forneceram posições, encontrar-se-ão diante de alternativas empobrecedoras da prática da democracia em que a menos desastrosa seria o uso do bom senso votando com a "sua cabeça".

Secretaria Geral divulga relatório de atividades

Com a tríple finalidade de "prestar contas, receber críticas e receber sugestões", a Secretaria Geral da UNESP está divulgando seu Relatório geral de atividades, referente ao ano de 1985. Dentre suas funções destacam-se o planejamento, a orientação, a coordenação e o controle das atividades acadêmicas da Universidade, bem como a assistência à Reitoria e aos Órgãos Colegiados Superiores.

O Relatório apresenta uma descrição sumária das atividades desenvolvidas nas diferentes áreas de atuação da Secretaria Geral e, em 4 Anexos, dá alguns detalhes dos trabalhos desenvolvidos, inclusive com informações numéricas. Dentre as atividades desenvolvidas, destacam-se: 1. Padronização, com conseqüente agilização no andamento dos processos; 2. In-

tercâmbio freqüente com a área acadêmica das Unidades; 3. Anteprojeto de Regimento das sessões do CO; 4. Anteprojeto de Regimento Geral da Pós-Graduação; 5. Proposta de que os docentes não mais coloquem suas verbas à disposição, nos concursos; 6. Coordenação de eventual convênio entre a UNESP e o Instituto de Física Teórica; 7. Estudo sobre criação e desmembramento de Departamentos; 8. Colaboração em proposta que eliminou a área e o número mínimo de disciplinas para realização de concurso docente; 9. Análise sobre a criação de novos cargos de Professor Titular; 10. Proposta de reestruturação da área acadêmica da Universidade; 11. Colaboração em estudo para implantação da Monitoria na UNESP; 12. Proposta de delegação de competências do CO para o CEPE, e deste para as Câmaras Centrais.

Comissão Central de Reestruturação define cronograma para o congresso

Se o cronograma estabelecido pela Comissão Central for seguido à risca, a próxima sessão do Congresso de Reestruturação da UNESP será realizada dias 15 e 16 de maio, em Araraquara. Para tanto, basta que todas as unidades concluam seus relatórios na primeira quinzena de abril e que até o dia 15 já tenham enviado uma cópia para a comissão central e mais uma cópia para cada uma das outras 23 unidades da UNESP.

Entre 15 e 20 de abril a Comissão Central vai montar um documento único com todas as alternativas apresentadas. "Por isso os documentos elaborados nas unidades deverão seguir rigorosamente a numeração e a titulação do anteprojeto", lembra o professor José Ênio Casalecchi, presidente da Comissão Central.

A partir do dia 20 de abril serão enviadas cópias do documento único para as unidades, onde os segmentos definirão as posições que serão levadas pelos seus delegados ao Congresso.

Verba do MEC para Universidades não satisfaz

“É absolutamente inadmissível que prevaleçam as previsões anunciadas para o ano de 1986, segundo as quais seria destinado o irrisório percentual de um milésimo de dotação orçamentária do MEC para o programa de apoio às instituições públicas não federais”. O alerta está contido na “Carta de Fortaleza”, aprovado no I Encontro Nacional de Universidades Estaduais e Municipais, realizado na Capital do Ceará em 28 e 29 de novembro. Do Encontro participaram reitores de universidades públicas estaduais e municipais de todo o País, que fizeram uma avaliação do relacionamento destas instituições com o governo federal e definiram uma política de ação conjunta.

No documento, os reitores afirmam que “a primeira e mais urgente mudança que se impõe, para instaurar um relacionamento adequado à orientação política introduzida na vida pública pelo governo da Nova República, tem que incidir sobre os critérios de aplicação de recursos destinados à educação, em decorrência da regulamentação da Emenda João Calmon”.

A CARTA

A íntegra do documento dos reitores: “Reitores de Universidades públicas estaduais e municipais do Brasil, reuniram-se em Fortaleza, nos dias 28 a 29 de novembro, para fazer uma avaliação do relacionamento destas Instituições com o Poder Público Federal e para definir a política que deve orientar as ações conjuntas a serem desenvolvidas de imediato.

Embora originadas em contextos histórico-culturais diferentes e condicionadas pelas peculiaridades regionais, as Instituições de Ensino Superior dos Estados e Municípios constituem-se, hoje,

pela função que exercem, em agências insubstituíveis no processo de desenvolvimento econômico e social do País e na preservação e reprodução dos valores éticos e culturais que formam a nacionalidade.

Na esteira da desfiguração federativa e do centralismo tributário, imposto à Nação pelo autoritarismo político que a dominou, por duas décadas, as instituições universitárias estaduais e municipais foram as maiores vítimas da política educacional do Poder Central. O tratamento discriminatório a que foram submetidas, ao longo desse período, pode ser ilustrado em toda sua gravidade por um simples exemplo estatístico: o Ministério da Educação destinou, no ano de 1983, menos de 20% dos recursos liberados em 1977, situação agravada nos anos de 1984 e 1985.

A primeira e mais urgente mudança que se impõe, para instaurar um relacionamento adequado à orientação política introduzida na vida pública pelo governo da Nova República, tem que incidir sobre os critérios de aplicação dos recursos destinados à educação em decorrência da regulamentação da Emenda João Calmon. É absolutamente inadmissível que prevaleçam as previsões anunciadas para o ano de 1986, segundo as quais seria destinado o irrisório percentual de um milésimo da dotação orçamentária do MEC para o programa de apoio às instituições públicas não federais.

A prevalecer tal discriminação, pronunciaria o governo a sentença de morte das universidades públicas não federais, correndo o risco de se ver destruído um valioso patrimônio da sociedade brasileira que tanto tem contribuído para o desenvolvimento regional e a efetiva independência cultural e tecnológica do País.

Nos últimos anos, a Nação brasileira testemunhou, estarecada, o descaso e o desprezo com que foi tratada a educação e, particularmente, a Universidade.

Uma das grandes esperanças, suscitada pela Nova República, no bojo de sua política social, foi precisamente aquela que estabeleceu como prioridades inarredáveis, primeiro, a valorização da coisa pública e não do interesse privado; segundo, a prioridade para entidades e programas com clara e inequívoca destinação social.

As universidades estaduais e municipais, entes públicos por excelência e cujos serviços, quantitativa e qualitativamente, são voltados para o atendimento das expectativas da coletividade, não podem e não aceitam permanecer à margem dos benefícios da Emenda João Calmon e dos inúmeros programas do MEC e dos demais Ministérios, destinados ao ensino, à pesquisa e à prestação de serviços à comunidade.

Todavia, neste momento privilegiado em que se instala, pela primeira vez, um fórum nacional das Universidades públicas estaduais e municipais, não poderiam seus dirigentes máximos circunscrever-se exclusivamente ao exame da questão financeira, por mais afiliva e urgente que ela seja. Reconhecem os Reitores destas instituições que as questões substantivas de caráter não financeiro devem ser objeto de reflexão que as vincule às grandes questões nacionais ora em discussão pela sociedade brasileira.

Nessa perspectiva, a política de desenvolvimento do ensino e da pesquisa no País, a busca da emancipação tecnológica e a destinação social dos frutos da atividade universitária são as questões específicas básicas que devem ser relacionadas com o projeto de democratização do País e com a restauração da república

federativa autêntica, fundada na plena autonomia política e financeira dos Estados e Municípios. Esperam os Reitores que tais princípios constem da nova Carta Constitucional a ser elaborada pela futura Constituinte.

A curto prazo, porém, é imprescindível que a Nova República, para guardar fidelidade aos compromissos assumidos em praça pública, adote algumas medidas vitais para a preservação e a melhoria das Universidades públicas estaduais e municipais. Nesse sentido, impõem-se que o Ministério da Educação defina com clareza sua posição quanto ao futuro da Universidade pública e rejeite a mercantilização da função universitária, implantando o ensino público superior gratuito, com a correspondente destinação de recursos para a sua concretização, cumprindo assim com uma das funções fundamentais do Estado numa sociedade democrática, que é assegurar concretamente a igualdade de oportunidades educacionais.

Reiteramos, finalmente, o importante papel que vem sendo desempenhado pelos Estados e Municípios ao longo desses anos, esperando, agora, a necessária correspondência da União no prosseguimento deste esforço.”

Assinam o documento as Universidades:

- Estadual do Ceará
- Estadual de Londrina
- Estadual de Maringá
- Estadual de Ponta Grossa
- do Estado do Rio de Janeiro
- para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
- Estadual Paulista — UNESP
- Regional do Rio Grande do Norte
- Estadual de Campinas — UNICAMP
- Estadual do Maranhão
- de São Paulo — USP
- de Taubaté
- Fundação Educacional de Bauru

UNESP firma convênio com a França

Os governos do Brasil e da França firmaram um convênio no valor total de 840 milhões de francos e a UNESP será contemplada com quarenta milhões de francos (US\$ 5,7 milhões, ou 74,2 bilhões de cruzelros) em equipamentos para as áreas médicas. Esses equipamentos são os mais modernos e servem para o que se chama de “diagnóstico por imagem”.

Paralelamente — e como compromisso do convênio — o governo brasileiro doará para a Universidade a contrapartida em igual valor para a aquisição de outros equipamentos e realização de obras para viabilizar a instalação e o funcionamento dos aparelhos franceses.

Este é o primeiro convênio que a UNESP faz com a França e os equipamentos já estão

em vias de serem despachados para o Brasil.

OUTROS

Já foram firmados ou ainda estão em processo de assinatura os seguintes convênios:

- com a CAPES, para implementação de atividades de Pós-Graduação, no valor de Cr\$ 23.436.000.
- com a CAPES, para implementação de atividades de Pós-Graduação, no valor de Cr\$ 143.834.000.
- com a FINEP, para estudos sobre biologia, morfologia e fisiologia em Arthropoda (IB-Rio Claro), no valor de Cr\$ 350.000.000.
- com o Banco do Brasil/FIPEC, para o projeto “Desenvolvimento e Programação de Técnicas Estatísticas e Adaptação de Progra-

mas Existentes para Microcomputadores” (IBBMA-Botucatu), no valor de Cr\$ 514.068.000.

— com a Secretaria da Saúde, visando a participação da UNESP no Programa de Saúde Mental (FM-Botucatu), no valor de Cr\$ 800.000.000.

— com a FINEP, para o projeto “Estudos sobre bactérias da família enterobacteriaceae, com referência especial à yersinia” (FCF-Araraquara), no valor de Cr\$ 390.000.000.

— com a Universidad Nacional de Cuyo, Argentina, com o objetivo de desenvolver projetos de pesquisa, assessoramento, cooperação técnico-científica e aperfeiçoamento em recursos humanos no campo da geografia e do planejamento (IGCE-Rio Claro).



Condições de ensino e pesquisa começam a melhorar

Desconcentrar o poder na Universidade, assegurando uma administração eficiente da instituição e dos recursos públicos, e dar prioridade às ações voltadas para a melhoria das condições de ensino e pesquisa. Estas foram as principais preocupações da Reitoria em 1985, ano em que as atividades de extensão de serviços à comunidade também passaram a ser tratadas sob um ângulo diferente e inovador.

Em seu primeiro ano integral de mandato, o reitor Jorge Nagle pautou a administração da UNESP em algumas direções básicas, com o duplo objetivo de atualizar situações que estavam defasadas ou mesmo em estado de inércia e implantar situações novas na Universidade.

O primeiro passo foi desenvolver um novo estilo administrativo, descontraído, de atendimento generalizado para todos os níveis e categorias de pessoal. Sem ofender a hierarquia formalizada, estabeleceu canais informais de comunicação, especialmente com as unidades universitárias, até por meio de visitas, que serviram, também, para colher informações muito importantes para uma atuação mais correta. De qualquer forma, essa iniciativa serviu para criar dinamismo nas relações da Reitoria com a comunidade universitária, bem como contribuiu para estimular formas diversas de participação; em especial, resultou num processo em que as tomadas de decisões passaram a ser feitas menos de maneira individual e mais de maneira grupal.

Tudo isso vem permitindo, embora gradualmente, a correção de desequilíbrios então exis-



A universidade comprou cerca de 50 computadores no ano passado

tentes, quer entre unidades universitárias, quer no interior desta ou daquela unidade (entre departamentos, entre disciplinas, entre órgãos técnicos e administrativos).

Vem permitindo também o emprego de meios eficazes no uso do dinheiro público e no melhor aproveitamento do potencial humano e físico da Universidade.

MAIS PROFESSORES, LIVROS, SALAS DE AULA...

Assim, foi implementada uma série de medidas que, direta ou indiretamente, resultam na melhoria das condições de ensino e pesquisa:

— A Universidade contratou 211 docentes,

não só para os cursos novos (como vinha sendo feito) mas também para cursos antigos que há muito tempo estavam com seus quadros docentes defasados.

— A contratação de funcionários somou 337, especialmente para as funções técnicas de apoio ao ensino e à pesquisa.

— No início de 85 a UNESP possuía cinco ônibus e oito microônibus, todos adquiridos à época dos antigos Institutos Isolados. No ano passado foram comprados seis ônibus novos, ampliando assim as condições para realização de pesquisas de campo e viabilizando a participação de alunos e professores em eventos científicos fora de suas cidades ou mesmo em outros Estados.

— As frotas de máquinas e implementos agrícolas das três Faculdades de Agronomia foram renovadas e/ou ampliadas, visando o maior desempenho do ensino e da pesquisa nessas unidades.

— Cr\$ 4,8 bilhões foram gastos na compra de livros e periódicos, importância treze vezes maior do que havia sido gasto em 1984. Começou-se, assim, a reequipar as bibliotecas da UNESP.

— A Reitoria solicitou às unidades informações sobre as suas necessidades mínimas em termos de computadores. 21 unidades se manifestaram e todas elas receberam seus equipamentos (micros ou minis e periféricos) até o final do ano passado.

— A quase totalidade das unidades foi contemplada com obras, sendo que a maior parte dos recursos (Cr\$ 12,9 bilhões) foi aplicada na

construção ou reforma de salas de aula e laboratórios.

ALUNOS, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS

Além de ampliar o número de professores, a Reitoria se preocupou em valorizar a carreira docente e, entre as medidas tomadas, se destaca a que restabeleceu o sentido original do RDIDP. Assim, a partir de agosto último, todos os docentes contratados em Regime de Dedicção Exclusiva à Docência e à Pesquisa têm que dedicar-se integralmente à Universidade, realizando um total de quarenta horas semanais de trabalho.

Outra medida reparadora: desde meados do ano passado os docentes que se inscreveram em concurso de efetivação não precisaram mais colocar seu cargo e sua verba à disposição.

Quanto aos alunos, a Reitoria extinguiu o programa de bolsas de estudo reembolsáveis, substituindo-o pelo oferecimento de bolsas sem a necessidade do reembolso. A partir do ano passado, também os primeiranistas receberam a ajuda, o que não ocorria no programa anterior.

Em relação aos funcionários, a Reitoria se preocupou com a sua profissionalização, como forma para aprimoramento do trabalho e o consequente reflexo na dinamização e criatividade da Administração. Assim, foi criado o programa de treinamento e reciclagem, com o oferecimento de cursos a partir de agosto. O temário desses cursos variou desde "Stress — comportamento emocional" até "Aprimoramento na área de pagamento", entre outros assuntos.

Um novo papel para a prestação de serviços à comunidade

Dar um caráter inovador à Extensão de Serviços à Comunidade, de tal modo que a atuação da UNESP junto à coletividade não se dê de maneira paternalista ou assistencialista. Ao lado disso, fazer com que a Extensão esteja em permanente interação com o Ensino e a Pesquisa, estabelecendo um ciclo (professor-aluno-coletividade) de troca de experiências mútuas e produtivas entre as partes envolvidas.

É desta forma que a Reitoria passou a observar o papel da Extensão de Serviços e a incentivar projetos nesta área de atuação da Universidade.

PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

Nesse sentido, foi criada em março de 1985 uma comissão — formada por docentes das áreas agrícolas — que levantou a situação das três fazendas de ensino e pesquisas da UNESP (Botucatu, Jaboticabal e Ilha Solteira), estudou as suas potencialidades e elaborou um projeto para produção e industrialização de alimentos dentro da própria universidade. Ou seja, os professores poderão aplicar seus conhecimentos e realizar pesquisas em grandes áreas de cultivo, os alunos terão a oportunidade de acompanhar todo o processo de produção agrícola e a coletividade receberá os alimentos através dos programas sociais do Governo.

Ainda na área agrícola, a Universidade vem participando do assentamento rural de Silvânia, no município de Araraquara. Ali, o governo do



Em Silvânia, uma experiência na reforma agrária: a UNESP está presente

Estado destinou uma área de 700 hectares para 45 famílias de trabalhadores rurais, onde a UNESP, sob a coordenação do Departamento de Economia Rural da FCAV, de Jaboticabal, vem

prestando auxílio técnico e material. Professores e alunos da FCAV comparecem semanalmente ao local do assentamento, levando e colhendo informações sobre o uso coletivo da terra.

Um automóvel, um trator e um caminhão, que seriam colocados em leilão, foram doados ao assentamento. O apoio material da UNESP se estende ainda na cessão temporária de máquinas e implementos agrícolas e no fornecimento de sementes produzidas pela FCAV.

ANÁLISES CLÍNICAS

A população carente de Araraquara vem se servindo desde agosto último do novo Laboratório de Análises Clínicas da Faculdade de Ciências Farmacêuticas. Utilizado por professores e alunos de várias disciplinas, o laboratório atende basicamente as pessoas que passaram pelos Centros de Saúde da Prefeitura, além de estar aberto à população em geral.

Neste ano, de posse de um quadro das principais doenças registradas (através das análises clínicas realizadas), docentes da FCF começarão a trabalhar em conjunto com os médicos da cidade e com a Prefeitura no sentido de que sejam elaborados planos e projetos visando melhorar, preventivamente, as condições de saúde da população.

Outra contribuição da Faculdade de Ciências Farmacêuticas se dá na produção de medicamentos, através de um convênio com a Prefeitura de Araraquara. A Prefeitura entrega a matéria-prima ao Departamento de Fármacos e Medicamentos. Este fabrica os remédios, que são distribuídos à população atendida nos Centros de Saúde da Prefeitura.

Decisões. De preferência, coletivas

As unidades passaram a ter competência para contratar docentes em caráter de substituição, ou mesmo de ampliação quando o plano de novas contratações já tenha sido aprovado pela Reitoria. Este é um exemplo das mudanças ocorridas no ano passado, com a perspectiva de desconcentrar o poder e as funções administrativas na UNESP.

A intenção do reitor Jorge Nagle é fazer com que a Reitoria se transforme, gradualmente, num órgão de coordenação da Universidade, deixando assim de centralizar todas as decisões, como vem ocorrendo.

Muitos passos foram dados nesse sentido em

1985, atingindo vários setores da Administração. A começar das funções do vice-reitor, que deixou de ser um eventual substituto e passou a dividir tarefas com o reitor. Foram atribuídas funções do Conselho Universitário para o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), e deste para as câmaras centrais de Graduação, Pós-graduação e Extensão de Serviços à Comunidade.

COMISSÕES

Uma prática largamente adotada foi a de transferir decisões individuais para decisões coletivas, o que resultou na criação de várias comissões, constituídas, sempre, pelo pessoal das uni-

dades. Comissões com objetivo e funções definidas: avaliar situações e propor soluções, sempre a partir de critérios que contemplem o conjunto e as prioridades da Universidade. Atualmente existem sete comissões trabalhando e outro tanto já encerrou seus trabalhos, com as propostas colocadas em prática pela Reitoria: comissão que estabeleceu os critérios para a realização de obras, comissão que realizou estudos sobre a contratação de professores e funcionários, entre outras.

NA REITORIA

Na Reitoria também existe uma comissão de

assessoramento, que se reúne semanalmente para a discussão das mais variadas questões. Fazem parte, além do Reitor e do Vice, o Coordenador da Administração Geral, o Secretário Geral, o diretor do Departamento de Pessoal, o chefe da Assessoria de Planejamento e Orçamento, o chefe da Assessoria Jurídica e o Chefe de Gabinete, além de outros assessores.

O objetivo dessa comissão é discutir os assuntos do dia-a-dia da Reitoria, contemplando dessa forma as decisões coletivas uma vez que uns têm a liberdade para entrar nas questões dos outros, ocorrendo assim ajuda mútua na solução dos problemas.

A participação da comunidade e os avanços registrados estão na página 9



A decadência salarial do professor é uma calamidade

Pobre escolhe escola que lhe permite continuar trabalhando. Não escolhe Medicina, Engenharia. Escolhe cursos noturnos. Então, a medida de longo prazo é melhorar a qualidade do ensino primário e secundário. Outra maneira é garantir condições de estudo para as pessoas que chegam ao ensino superior. Num sistema de bolsas poderemos ter um critério social. Assim, o critério social não é o do ingresso, mas o da manutenção.

E como a Universidade poderia prestar mais serviços à comunidade, dando um pouco também para a população em geral e não apenas para seus estudantes?

A Universidade deveria chamar o povo para dentro de si e discutir com a sociedade. Esta coisa não tem sido suficientemente prestigiada. No caso da UNESP, esta Universidade tem uma condição privilegiada porque está em 14 municípios. Ela está estrategicamente distribuída nas áreas mais desenvolvidas do interior. Acho que ela tem uma função cultural nesse interior, de sentido público. Esse interior é rico e também muito desigual. É, culturalmente, muito mais pobre que São Paulo. Há uma total desproporção entre o acesso aos bens materiais e à riqueza do mundo cultural. Situações de desequilíbrio muito fortes criam contextos favoráveis ao tédio e à violência. Isto é um resultado da carência da cultura. Acho que a UNESP tem um papel cultural fantástico nesse sentido.

Mas, e a curto prazo, o que fazer para melhorar a Universidade?

Não dá para continuar mais sem recursos. A decadência salarial do professor é calamitosa. Como podemos imaginar que podemos ter um sistema educacional com base num trabalho subpago? A outra questão a ser resolvida rapidamente é o problema do fechamento cultural. A USP, por exemplo, é uma Universidade fechada para a sociedade e fechada dentro de si própria. A Universidade não tem vida cultural dentro dela. A coisa mais arriscada que existe para quem convida um professor de fora para fazer palestra é saber se haverá público. Como poderemos ter uma Universidade sem vida cultural?

Eu me sinto muito mais estimulado a debater política por aí, a escrever artigos, do que ir à minha escola para discutir com meus colegas.

Uma das razões óbvias é que, quando debato política por aí, tem gente que me ouve, me critica e às vezes concorda comigo. Quando vou para minha escola, não tenho certeza de encontrar alguém com quem possa dialogar. Você não tem vida cultural simplesmente porque não tem diálogo. A Universidade está separada da sociedade. Pior do que isso, ela está separada de si própria.

Qual seria então um modelo para a Universidade? Passa por onde?

Acho que é necessário democratizar o poder dentro de uma Universidade. Mas acho que é necessário também tomar consciência de que falta para a Universidade certas condições mínimas para que ela funcione. Desde condições materiais, como bons salários, como já falamos. Durante muitos anos o meu Departamento, com cerca de 45 pessoas, não tinha sequer um telefone. Como você vai se comunicar numa sociedade tecnológica na base do professor esperar na fila para usar o telefone? Então, antes de começar a discutir a estrutura da Universidade, do ponto de vista da democratização, das concepções pedagógicas, etc., é preciso criar condições para o pessoal.

E como se concilia democratização e competência? Estes são dois focos do debate que se trava dentro da Universidade. Democracia e competência são conflitivas?

Entendo que, desta forma, o debate não está bem colocado. Concordo que possa existir tensão entre certos valores, neste caso a competência e a democracia. Mas, de modo algum se pode colocar esta tensão em termos tais que um inviabilize o outro. A existência de valores em conflito é coisa da vida. A questão da democratização tem sido colocada de uma forma que não sei se é a mais correta. As questões da democratização e da competência teriam que ser redefinidas, para que possam ser compatíveis. Em termos de democratização, acho que deve haver uma maior participação da comunidade em órgãos de supervisão e decisão da universidade. Seria bom para a universidade que fizessem parte de seus conselhos superiores figuras representativas da sociedade.

E essa participação não iria tumultuar o ambiente universitário? Qual a relação desses representantes com a formulação de currículos, pedagogia, etc?

Essa presença talvez não ajude em nada, do ponto de vista técnico do ensino. Eles não irão discutir como se dá aula de Física. Mas acho que essa presença significa muito para a Universidade em termos de apoio institucional e social, e em termos de retorno para a sociedade. A Universidade se sentiria mais inserida na sociedade, se essas pessoas estivessem lá. Tem de haver empresários, jornalistas, igrejas, sindicatos de trabalhador, etc. Não vejo porque não. Teria que ser um conselho que funcionasse principalmente para essa função de enlace entre Universidade e sociedade, e vice-versa. Quando se discute a questão da democratização, é um equívoco pensar que todas as questões são passíveis de uma votação; isto não é necessariamente uma idéia democrática. Mas isto não impede que você tenha as pessoas ali. Qual o mal de ouvirmos a opinião de um empresário, ou de um militar sobre determinados assuntos?

Seria importante também que se ampliasse

a capacidade de informação dos estudantes, dentro dos órgãos de decisão das universidades. Eu não acho que estudante precise eleger diretor, ou reitor. Mas acho que os grêmios estudantis têm que ter o poder de informação muito maior do que têm dentro dos organismos decisórios. Esta presença de representantes de comunidade para fins basicamente de informação deveria ser estendida também aos funcionários. Não vejo porque, dentro da estrutura da universidade, não poderíamos ter uma democratização real, através desse mecanismo. Mas eu não retiraria de modo algum desses organismos esse caráter de informação e o caráter eminentemente sindical. A Universidade não deve mudar estas características desses organismos de funcionários e estudantes. Mas estas mudam quando, por exemplo, se introduz o critério de eleição do diretor, do chefe de departamento, pela comunidade. Não acho que seja conveniente, por exemplo, no meu departamento, a eleição direta. Tenho receio de que, como a estrutura é realmente desigual — o professor é professor, ganha mais, supõe-se que saiba mais, tem uma relação de poder cotidiana com o aluno — as chances dos professores manipularem massas de manobra é enorme. E isto é anti democrático. Prefiro ter grêmios estudantis agressivos, que façam greve dentro da escola se acharem conveniente, do que esta geléia geral, em que as diferenças são dissolvidas numa falsa identidade. Isso não é democrático. O avanço do processo democrático dentro das universidades passa pelo fortalecimento das associações, e por uma clara diferenciação das posições e das responsabilidades dentro da comunidade.

E os partidos políticos, como se colocam diante da universidade? Eles têm projetos para a universidade?

Pelo menos o meu não. Temos idéias gerais político — filosóficas, doutrinárias, sobre educação, no sentido do acesso, democratização das instituições, etc. Mas não temos propostas políticas. Acho que não há impedimento; podemos eventualmente vir a ter. Mas creio que numa sociedade como a nossa, as questões da educação que realmente se convertem em questões políticas não têm recorte partidário. São suprapartidárias. As questões educacionais que interessam aos partidos são as grandes questões. Vários partidos estão interessados em ampliar os recursos da universidade. Outros estarão mais interessados num relacionamento de determinado tipo, com as escolas públicas e particulares. São coisas gerais, dessa natureza. Mas se você colocar a questão sobre o processo de democratização da universidade, para o meu partido, o PT, teremos tantas teorias, quantas as pessoas consultadas. Mesmo nos sindicatos, onde as questões pegam mais pelo lado partidário, no geral elas tomam um caráter suprapartidário. No fim das contas, todos querem salários mais altos. Pouco importa se o sujeito é do PT, PMDB, PTB ou PDS. Ele vai ao sindicato que combater melhor. Na universidade, às vezes, o pessoal "pisa na bola" nesse assunto. Isso decorre do fato de que a democracia recomeçou anteontem. As pessoas estão muito novas no contato com essas questões e nem sempre diferenciam os campos de comportamento. A outra razão é que também os partidos são muito novos. Os campos de atribuição dos partidos ainda é alguma coisa um pouco indefinida.

Encontros dos professores dos novos Departamentos de Educação da UNESP

THEREZA MARINI

Os novos Departamentos de Educação da UNESP reinstalados no decorrer de 1985 nos campi de Assis, Franca, Botucatu, São José do Rio Preto, Rio Claro, São Paulo e Presidente Prudente, realizaram encontros para, guardadas as características de cada Unidade, refletirem sobre a possibilidade de se traçar princípios básicos orientadores da ação desses departamentos.

No primeiro encontro, realizado a 03/06/1985, cuja abertura foi feita pelo Magnífico Reitor, os docentes dos novos Departamentos de Educação, a partir de uma retrospectiva sobre a sobrevivência da Educação nas suas unidades, refletiram sobre as perspectivas desses novos departamentos e a conquista da sua identidade pelo desempenho das funções de ensino, pesquisa e serviços à Comunidade.

Como resultado das discussões foi encaminhado ao Senhor Reitor um relatório reunindo um conjunto de idéias e instruções consubstanciados nos seguintes pontos, que definem o compromisso dos novos departamentos de Educação da UNESP:

1) a preocupação com a formação do professor para atuar na Escola Pública e com a pesquisa da realidade educacional brasileira;

2) o necessário repensar da Licenciatura quanto aos seus objetivos e quanto ao papel das disciplinas pedagógicas, carga horária e sua distribuição nos cursos;

3) a vinculação necessária do professor de Prática de Ensino ao Departamento de Educação;

4) a implementação de uma política de ampliação e capacitação do corpo docente.

Nos 2º e 3º encontros (20/09 e 09/12/85) os Departamentos centraram sua discussão no problema da Licenciatura. Não se trata de estabelecer um projeto único para as diversas unidades da UNESP, mas de definir um conjunto de princípios básicos comuns, resultantes da postura crítica frente aos atuais problemas da formação de professores.

Essa discussão levou o grupo a encaminhar ao Senhor Reitor um pedido de revogação da Resolução UNESP n.º 14 de 25 de maio de 1985 que dispõe a carga horária das disciplinas da formação pedagógica dos Cursos de Licenciatura.

No próximo encontro, marcado para o dia 10/03/86, na Reitoria, discutir-se-á a questão da integração nos cursos de Licenciatura.

Considerando que a reflexão sobre a Licenciatura constitui um problema que desafia a toda Universidade, os docentes dos Departamentos de Educação presentes ao 3º encontro, estão convencidos da necessidade de ampliar a discussão de modo a envolver outros departamentos que se ocupam da Licenciatura na UNESP, tanto os de disciplinas pedagógicas quanto os de específicas, numa reflexão conjunta sobre as questões atinentes à formação do professor.

O trabalho conjunto de todas as unidades com o objetivo de repensar a Licenciatura é uma maneira de elevar a Educação no âmbito da UNESP, particularmente no que toca à preparação de docentes para o ensino no nosso país e em especial no Estado de São Paulo.

A autora é chefe do Departamento de Educação do Campus de Presidente Prudente.

Docentes universitários e a sua atuação junto ao Serviço de Apoio Pedagógico

ANA MARIA FALEIROS

Propostas pela ABEAS — Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior — a Unidade de Apoio Pedagógico — UAP — foi instalada no Campus de Jaboticabal, em 1976. A intenção era de que profissionais, especialistas em Educação, implantassem, junto aos docentes, um trabalho que os levasse a refletir a respeito do processo de ensino-aprendizagem e, aos poucos, criassem alternativas que viessem a produzir melhorias nas condições de aprendizagem.

Um trabalho desta mesma natureza foi iniciado no campus de Presidente Prudente, visando a sua implantação junto aos docentes da UNESP e que se concretizou num projeto denominado SEDES — Serviço de Desenvolvimento do Ensino Superior. Divulgada a idéia foram mantidos contatos iniciais e, posteriormente formalizada entre os Campi de Presidente Prudente, Jaboticabal, Araçatuba, Ilha Solteira e São José dos Campos uma AÇÃO CONJUNTA DE COOPERAÇÃO. Assim, a partir de 1981 professores destes campi realizam atividades voltadas para o trabalho de capacitação pedagógica dos docentes. Atividades que se diversificam de acordo com as necessidades diagnosticadas em cada Campus, desde cursos de curta duração, seminários, encontros e reuniões para debates.

Tanto na proposta da UAP como na do SEDES existia a idéia de se constituir um grupo de trabalho que atuasse com o especialista em Educação. Tal idéia concretizou-se, no campus de Jaboticabal, com a formação do Grupo Pedagógico, de participação voluntária, formalizado por designação do Diretor do campus.

Com alguns anos de existência, mantendo flexibilidade na participação, efeitos deste trabalho começam a aparecer tanto a nível individual — do componente do grupo — como a nível dos demais docentes no campus.

A nível individual verifica-se, entre os participantes do grupo, uma tomada de consciência com relação aos diferentes papéis desempenhados pelo professor, enquanto ensina, bem como uma tomada de consciência com relação ao papel desempenhado pelo aluno enquanto aprende. Dal o fato do professor assumir a responsabilidade pela aprendizagem do aluno, organizando as condições externas para que esta ocorra e não se preocupando só em cumprir um programa. Vemos então professores universitários se sensibilizarem com problemas de aprendizagem e começarem a entender o processo inerente à situação de sala-de-aula. De um modo lento, mas profundo, caminham no sentido de provocar mudanças no seu trabalho de sala-de-aula. A nível de outros docentes do campus verifica-se que há um certo interesse em conhecer o que o grupo pedagógico faz, uma vez que os efeitos obtidos recaem, positivamente sobre os alunos, os sujeitos da ação do professor e em conseqüência tem aumentado a participação no grupo. Em 1985, sete novos elementos, quando contactados aderiram ao grupo. O que demonstra o início de uma aceitação do mesmo. À medida em que este trabalho adquire solidez, acreditamos num crescimento maior. No campus o trabalho adquire reconhecimento pelos próprios professores e pelos alunos, que agora foram convidados a participarem. O que não será, proximamente quando a Universidade reconhecer que serviços desta natureza podem ser implantados, porque já existe espaço para tal. Docentes universitários, a maioria de formação técnica, não são, em nenhum momento da carreira preparados para serem professores. Ser professor também se aprende. Por isso nossa crença de que a curto prazo tenhamos o merecido reconhecimento desta experiência pedagógica.

A autora é professora de Didática Geral e coordenadora da Unidade Auxiliar de Assessoramento ao Ensino, do Campus de Jaboticabal.

D E B A T E

Autoritarismo e mudança

SÉRGIO CORDEIRO DE ANDRADE

Dentre os legados do recente período ditatorial, comumente chamados de "entulho do arbítrio", com os quais a contragosto ainda temos que conviver e com prazer varreremos, um dos mais danosos é a síndrome do autoritarismo.

É natural e até saudável que a sociedade brasileira, profundamente marcada pelas seqüelas deixadas por mais de vinte anos de arbítrio, esteja atenta e conserve um latente sentimento de revolta contra manifestações autoritárias, partam elas de onde partirem. O que não devemos fazer é usar a picha de autoritarismo indiscriminadamente, como um rótulo universal para todos os invólucros, quando algo não nos parecer correto, evitando desta maneira o debate de idéias inerente à convivência democrática.

Se estão equivocados aqueles que procedem da forma acima citada, consciente ou inconscientemente erram muito mais os que se escudam por de trás da verdadeira razão feita pela ditadura para eximirem-se das parcelas de suas responsabilidades na reconstrução do país, limitando-se a repetir por mero desengano de consciência, que a nação foi destruída pelo autoritarismo.

Essas posições, que amiúde são observadas em todos os setores sociais, se manifestam ainda com maior freqüência na área educacional, onde prolixos documentos, ensaios, artigos etc., são produzidos com a confessa (em muitos casos até honesta) intenção de contribuir para redirecionar a educação brasileira e acabam por ficar circunscritos a um enfadonho repisar de erros anteriores, pouco ou nada contribuindo para o aprofundamento das questões.

O debate sobre a Universidade, que desde a década de 60, impulsionado pelo movimento estudantil, extrapolou os muros desta instituição para tornar-se de domínio público, galvanizado hoje pelo progressivo retorno dos princípios de organização democrática na sociedade brasileira, ressentida da falta de propostas mais ou menos acabadas que objetivem a construção de uma nova Universidade a partir de análises despidas de tergiversações.

Mesmo com o maior grau de eloqüência possível, não basta repetir insistentemente que a vocação da Universidade é criar e transmitir conhecimentos, voltar-se para a pesquisa como fator de progresso social e estender seus serviços à comunidade. Estas, embora estejam corretos enquanto conceitos abstratos, não passam de declarações de boa vontade e se perdem no vazio, quando não alicerçados numa proposta metodológica que possibilite sua concretização.

E para que tenhamos uma proposta metodológica, ou seja, o meio que será utilizado para chegarmos ao fim que desejamos, é imprescindível que a Universidade seja vista globalmente, como componente integrante de um processo de criação e transmissão de conhecimentos, que reflète as contradições da sociedade em que se insere. Como observou Florestan Fernandes "não pode haver uma universidade rica em um mundo pobre ou uma universidade revolucionária numa sociedade conservadora".

Estas afirmações não devem levar à falsa idéia de que a Universidade deve esperar o aprofundamento da democracia para ela compartilhar; ao contrário, a Universidade em sua relação dialética com a sociedade contribui para a transforma-

ção da mesma e é por ela transformada.

É usual, embora errôneo, afirmar-se que o processo educacional reflète fielmente a ideologia da classe dominante, ou trocando em miúdos, que os organismos educacionais transmitem somente aquilo que é de interesse da classe social que detém o poder do Estado, e, sendo assim, organizam-se de forma unijugada para possibilitar que isto seja mantido.

Acreditar nisto, é conceder que o movimento transformador existente na sociedade, que mesmo nos momentos mais repressivos conservou bolsões de resistência em todos os setores sociais, não seja encontrado na educação. Em verdade, convém repetir, o processo educacional reflète em última instância as contradições da sociedade.

A partir da compreensão deste divisor de águas, não mais entre populistas e competentes, atrasados e vanguardistas ou autoritários e irresponsáveis, mas num plano maior, entre uma proposta democrática para a educação e outra que resiste querendo a continuidade da educação voltada para a reprodução de uma sociedade socio-econômica e politicamente elitizada, que conseguiremos ter um diagnóstico correto da universidade brasileira e o método eficaz para transformá-la.

A elaboração de qualquer análise sobre a universidade tem que levar em consideração estes fatos, sob pena de nos envolvermos em falsas questões e tomarmos as nuvens por Ju-no.

O autor é presidente da ASRUNESP e vice-presidente da FESUNESP

As mudanças da UNESP

LUIZ CARLOS DONADIO

Após o longo período de domínio de uma direção autoritária, a UNESP teve o privilégio de ser a primeira Universidade Paulista a contar com um reitor comprometido com uma administração baseada na democracia e no entendimento dos anseios da comunidade universitária. Muito se ganhou neste período de 1,5 ano de nova reitoria, mas ainda se sente o desejo de conquistas de novas metas pelos docentes, alunos e funcionários da UNESP.

Esta expectativa pode ser explicada, primeiro pelo curto passado desde a posse do atual reitor, e, segundo, pelo grande volume de reivindicações de toda a comunidade unespiana. Quanto a este último fator é fácil de entender que não podem ser atendidas todas as aspirações e principalmente todas as melhorias de infraestrutura, baseadas em novas construções e equipamentos e contratação de professores, em tão pouco tempo, com uma dotação limitada. Entretanto todas as unidades da UNESP no interior do Estado foram atendidas parcialmente em suas solicitações. Não temos dúvida em afirmar que a UNESP ganhou nos aspectos citados, proporcionalmente, mais que em qualquer dos períodos anteriores.

A UNESP vive atualmente, um processo de discussão para mudança de seu Estatuto, totalmente calcado nas idéias e interesses sobejamente conservadores de seus antigos dirigentes. Um novo estatuto, progressista e atual, deve emergir do 4º e último congresso, a ser realizado em abril próximo em Araraquara. Entretanto é preciso que toda a comunidade unespiana dê sua colaboração e esforço para que realmente se faça o melhor estatuto possível, o que depende da atuação, trabalho, interesse e dedicação de todos os seus funcionários e alunos, pois a expectativa

não pode ser frustrada. A reforma do Estatuto deve ser coroada de êxito pela elaboração de um documento que seja atual e que elimine todos os vícios do estatuto vigente. Para isso é preciso que interesses políticos e imediatistas sejam colocados de lado e que se contemple o interesse público e principalmente se atenda os objetivos finais e principais da universidade, calcados em melhor ensino, pesquisa e extensão.

O Estatuto elaborado após os primeiros congressos ainda deixa muito a desejar. Uma das causas é certamente o desinteresse e falta de colaboração de grande parte de professores, alunos e funcionários, na tarefa cansativa, mas gratificante, de auxiliar na elaboração de um documento que possa realmente reger a nossa universidade. Para que um novo estatuto seja bem elaborado é preciso que todos dêem a sua colaboração, principalmente aqueles que foram eleitos como delegados das diferentes categorias, não deixando se levar por questões políticas, interesses extra-universitários e principalmente pela omissão. Este, talvez, o maior perigo atual.

Destaques-se na UNESP atual, uma mudança da filosofia no atendimento às necessidades, baseada no estudo, projeto e avaliação por comissões específicas, independentes, apolíticas e criteriosas. Mas mesmo esse mecanismo é passível de falhas. O grande entrave ainda presente é a existência nos órgãos colegiados e direção de membros não eleitos, com mandato ainda vigente, comprometidos com o autoritarismo anterior, quando não com interesses próprios, espúrios, marcados sobretudo pela incompetência. É neste quadro político interno que se encontra hoje a UNESP, o qual só poderá mudar realmente quando um novo estatuto for aprovado e os novos membros dos colegiados forem eleitos, baseados em critérios opostos aos citados. Entretanto é bom lembrar a aqueles que dese-

jam as mudanças, que os detentores de qualquer poder na universidade, como em qualquer outra atividade humana, não o deixarão facilmente, o que implica a sua conquista, mas agora uma conquista baseada na apresentação e debate de propostas concretas para aspiração a qualquer cargo, em qualquer categoria, isto é, dos professores, alunos e funcionários. É hora de aqueles que tenham qualquer proposta, que julgarem como possível de melhorar a nossa universidade, a lancem e debatam com suas bases para que as suas lideranças possam colocá-las à apreciação pelos órgãos colegiados competentes, para que um regime participativo tenha realmente início.

A estrutura do poder hoje na UNESP está baseada no professor titular. Sabe-se que muitos dos professores titulares foram aquiridos com seus cargos pela colaboração ou apoio político que deram aos dirigentes autoritários anteriores. São portanto comprometidos para não apoiar as mudanças profundas que a UNESP exige, principalmente porque não concordam com essas mudanças. Outro aspecto negativo está baseado na escolha ou indicação e não na eleição para cargos, como por exemplo chefe do departamento. Esse processo leva a distorções sérias, pois os mais competentes ou julgados como tal pela maioria nem sempre chegam ao poder. Ressalte-se que a eleição não é a panacéia para todos os males atuais, mas não temos dúvida que a escolha democrática é o melhor caminho.

A UNESP se defronta nesta fase de transição com uma série de questões, as quais terá que examinar e dar soluções, tais como: a criação de novos cursos, a melhoria do ensino, a implantação da pesquisa e extensão, a melhor formação de seus quadros docentes e outros.

A criação de novos cursos se mostra necessária em algumas unidades, pela localização

da UNESP no Interior, onde a demanda por determinadas áreas é crescente. Entretanto há que se privilegiar na criação de novos cursos aqueles de vanguarda, tais como a tecnologia de alimentos, a computação, a biotecnologia e outros que saiam da linha já esgotada dos cursos tradicionais ou já bem atendidos na UNESP, ou em outras universidades.

A melhoria do ensino, como de resto em todas as universidades públicas, deve ser procurada a todo custo. A nosso ver essa melhoria depende de um conjunto de ações, tais como melhoria da infraestrutura, equipamentos e outros materiais de auxílio ao ensino; existência de uma pesquisa de vanguarda na unidade, mas principalmente da formação, atualização e reciclagem de conhecimentos dos docentes.

A execução de pesquisas pelos docentes de cada universidade, bem como a iniciação científica dos alunos através da execução de trabalhos de graduação, são auxiliares preciosos no ensino, além de oferecer, quando bem programadas, respostas às questões da sociedade nos diferentes campos de atividade, atendendo indiretamente ao requisito de prestação de serviços à comunidade.

A extensão de serviços à comunidade pela universidade pública tem deixado muito a desejar. É necessário se adequar, em muitos casos, a pesquisa à nossa realidade, atendendo ao interesse comunitário, muitas vezes mais simples que algumas pesquisas complexas mas de utilidade duvidosa.

A formação de bons corpos docentes implica o esforço de cada unidade e da universidade como um todo no envio dos docentes para mestrado, doutorado e pós-doutorado nos melhores centros, do país e do exterior.

O autor é Professor Adjunto do Departamento de Fitotecnia da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias do Campus de Jaboticabal - UNESP e presidente da ADUNESP - Jaboticabal.

1 9 8 5

1985 foi um ano de conquistas na UNESP, e a atuação da comunidade acadêmica contribuiu para isso. Reitoria e comunidade, duas partes anteriormente dissociadas e muitas vezes conflitantes, estabeleceram um convívio harmônico, do qual a Universidade saiu ganhando.

O melhor exemplo do bom entrosamento Reitoria-comunidade é o da Reestruturação da UNESP, a partir da elaboração de um novo Estatuto. Já com a Universidade vivendo num clima sereno de diálogo e entendimento, a comunidade propôs a elaboração de um novo Estatuto e a Reitoria vem dando condições para isso.

Todos os integrantes de cada um dos três segmentos puderam criticar e apresentar propostas, levadas ao Congresso de Reestruturação por delegados eleitos por seus pares. As decisões a que se chegou em Jaboticabal e Araraquara em junho do ano passado estão sendo agora re-discutidas por alunos, professores e funcionários. A próxima sessão do Congresso, novamente em Araraquara, vai finalizar o processo e a comunidade estará entregando para apreciação do Conselho Universitário a sua proposta de Estatuto.

Um ano de conquistas na UNESP



Professores, alunos e funcionários: O Estatuto em discussão

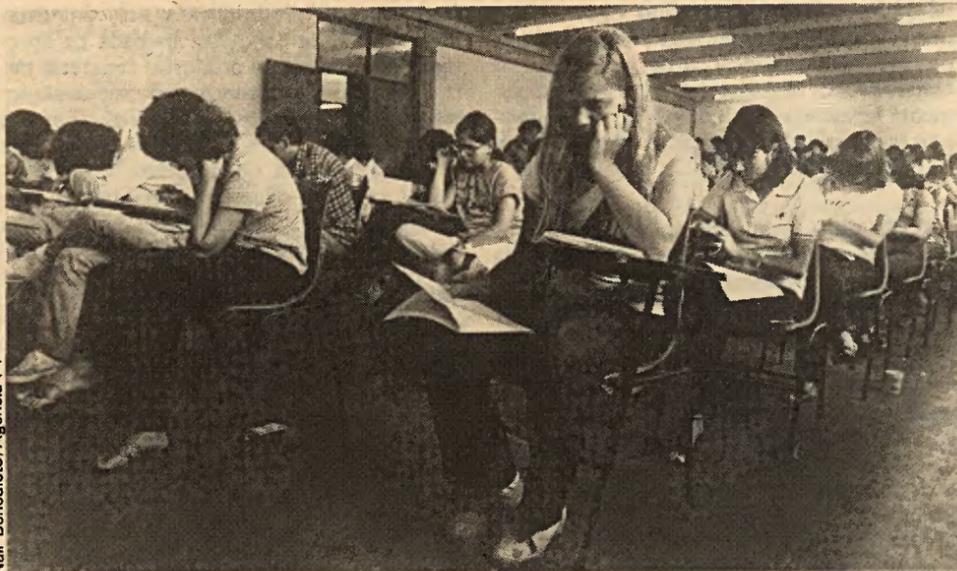
ESUNESP

Processo semelhante ocorreu particularmente com o segmento técnico-administrativo, que reivindicou para si a elaboração de um novo Estatuto do Servidor da UNESP, o ESUNESP, igualmente a ser entregue ao Conselho Universitário. Os servidores, através de delegados escolhidos em eleições, realizaram dois congressos (Ilha Solteira e Jaboticabal) e a comissão de redação já concluiu a primeira fase dos trabalhos.

REPRESENTAÇÃO AMPLIADA

Outra conquista coletiva foi a ampliação, aprovada pelo C.O., das representações de alunos, professores e funcionários nesse colegiado. A representação discente passou de um décimo para um quinto; os funcionários tinham um membro e passarão a ter o equivalente a um quinto; os docentes são ainda representados por três professores titulares e mais um por categoria (auxiliar de ensino, assistente, assistente-doutor, doutor) mas a alteração para cinco representantes por categoria já foi aprovada.

Cai procura no vestibular, mas vagas ainda são poucas



Nair Benedito/Agência F4

O número de inscritos para o vestibular realizado em janeiro pela VUNESP foi de 26.037, inferior em 6,8% em relação ao vestibular do ano passado, quando o número de candidatos a uma vaga na UNESP totalizou 27.943 inscrições. E essa tendência vem se mantendo desde a criação da Fundação para o vestibular da UNESP: em 1981 o número de inscrições somou 35.622. Ou seja, depois de seis anos a diminuição de interessados foi de 26,9%, e essa mesma queda vem se verificando em outras universidades.

Desinteresse? Crise financeira que abate as famílias? Falta de perspectiva profissional do jovem? Seja o que for, uma coisa é certa: o número de candidatos ainda é muito superior à quantidade de vagas oferecidas pela universidade pública. Em termos globais da UNESP, a média é de quase dez candidatos para cada vaga oferecida, o que mostra a necessidade de ampliação do ensino público e gratuito.

A área do conhecimento mais procurada no vestibular deste ano continuou sendo a de Ciências Biológicas, com 18.399 candidatos para 955 vagas e o curso mais disputado foi o de Medicina, de Botucatu, onde 54,71 candidatos disputaram uma vaga. O curso de Medicina Veterinária, também de Botucatu, foi o segundo mais procurado: 30,43 candidatos por vaga. Em seguida vieram Odontologia de São José dos Campos (27,62 candidatos por vaga), Veterinária de Jaboticabal (24,13) e Odontologia de Araraquara (23,41).

Na área das Exatas (3.131 candi-

Ausência foi de 17,1%

No vestibular deste ano a porcentagem de inscritos que não compareceram às provas se manteve praticamente a mesma em relação a 1985 e 1984: 17,1 — ou seja, 4.452 desistências.

A maioria das desistências ocorre já no primeiro dia de provas, quando mais de dez por cento dos inscritos deixam de comparecer. No segundo dia e no terceiro e último dia as abstenções aumentam gradativamente (veja o quadro).

DESISTÊNCIAS (%)					
1981	1982	1983	1984	1985	1986
11,1	13,6	14	17,3	17,5	17,1

Fonte: VUNESP

VUNESP atende mais escolas

A Fundação para o Vestibular da UNESP foi criada em outubro de 1979 para que a Universidade tivesse a sua estrutura própria de execução do vestibular. Na época, quem realizava os exames era a FUVEST.

Em janeiro de 1981, a VUNESP realizou seu primeiro vestibular e desde então passou a ampliar seus serviços para instituições de ensino superior privadas. Hoje, além da UNESP, a Fundação inclui no seu vestibular, a nível de prestação de serviço, a Faculdade de Engenharia de Barretos, a Escola de Engenharia de Lins, a Escola de Engenharia Industrial de São José dos Campos, a Faculdade de Medicina de Marília e a Escola de Engenharia e Agrimensura de Araraquara. No último vestibular o número de inscritos para essas instituições foi, no total, 2.572.

dados, 550 vagas), o curso mais procurado foi o de Engenharia Elétrica de Ilha Solteira, com 24 candidatos disputando uma vaga. Os demais cursos com grande procura foram Engenharia Mecânica de Guaratinguetá (7,23 candidatos por vaga), Geologia de Rio Claro (7,77), Engenharia Mecânica de Ilha Solteira (6,30) e Química de Araraquara (5,48).

O curso de Letras — especialização em tradução — de São José do Rio Preto foi o mais procurado entre todos da área de Humanas: 10,58 candidatos por vaga. Os demais: Direito (noturno) de Franca, 9,17; Psicologia de Assis, 8,58; Economia de Araraquara, 5,75; Pedagogia de Marília, 5,08.

No total, as 1.163 vagas em Humanidades foram disputadas por 4.507 vestibulandos.

A PORCENTAGEM DA QUEDA

ano	inscritos	%
1981	35.622	—
1982	34.872	2,1
1983	33.066	5,1
1984	29.318	11,3
1985	27.943	4,6
1986	26.037	6,8

Fonte: VUNESP

Bolsa de estudo para calouros

Os alunos que estão entrando agora na Universidade e necessitam de bolsa de estudo devem preencher um formulário no ato da matrícula. A informação é da CAE — Coordenadoria de Assistência ao Estudante, que está distribuindo trezentas bolsas de estudo no valor de meio salário mínimo, pagas durante dez meses a partir de março.

Quem já fez a matrícula e não preencheu o formulário tem até o dia 14 para fazê-lo. Os formulários estão à disposição nas unidades, podendo ser encontrados na Seção de Atividades Escola-

res ou na Assistência Técnica Acadêmica.

Um dado importante: o valor recebido pelo aluno não será reembolsado, uma vez que no ano passado a Reitoria extinguiu o programa de bolsas de estudo reembolsáveis após a conclusão do curso. Em 1985 foram contemplados 283 alunos já pelo novo sistema.

Uma vez concedida, a bolsa tem validade apenas para o período letivo vigente, devendo ser novamente solicitada pelo aluno no ano seguinte.

Feira do Livro em Ilha Solteira

Será realizada de 17 a 23 deste mês, no Centro Cultural do Campus de Ilha Solteira, a VII Feira do Livro Técnico, cujo objetivo é facilitar a compra de livros pelos alunos e professores. A Feira é organizada pelo Diretório Acadêmico, com a colaboração da CESP. E os livros são vendidos com descontos que variam de dez a vinte por cento com base nos preços das livrarias.



Ficção de autor português é tema de concurso

O Centro de Estudos Portugueses "Jorge de Sena", do ILCSE-Araraquara, está promovendo o concurso literário sobre o tema "A FICÇÃO DE VERGÍLIO FERREIRA", do qual poderão participar alunos matriculados em cursos de graduação de todo o Brasil.

Os trabalhos, inéditos, deverão limitar-se ao mínimo de 5 e ao máximo de dez páginas (tamanho officio) datilografadas de um só lado em espaço 2. Os textos deverão ser apresentados em 5 vias, contendo seu título e o pseudônimo do participante; em envelope fechado o participante anunciará seu nome completo, pseudônimo, endereço e título do trabalho.

O prazo de entrega vai até 30 de setembro, para a caixa postal 174, CEP 14.800 - Araraquara. E os coordenadores do CEP "Jorge de Sena", professores Carlos Alberto Iannone e Jorge Cury, estão estudando a possibilidade de premiar em dinheiro os estudantes classificados nos cinco primeiros lugares.

Franca debate "Universidade e Democracia"

A Adunesp de Franca vai realizar neste mês (dia 12 ou 17) uma mesa redonda para a discussão do tema "Universidade e Democracia". O debate será aberto à toda comunidade unespiana de Franca, e da mesa farão parte o professor Edvar Lopes, do ILCSE-Araraquara, o professor Antônio Quelce Salgado, do ILHPA-Assis, e o reitor Jorge Nagle.

Ilha observa o Halley

Um grupo de alunos e professores da FEIS de Ilha Solteira, sob a coordenação do professor Renato Tonin Ghiotto, de Física, está observando a passagem do cometa Halley. A base de observação conta com uma luneta e um telescópio e o cometa será fotografado.

O grupo está interessado ainda em trocar informações com outras unidades da UNESP sobre o Halley.

Grupo PIAP cumpre amplo programa



Arquivo Grupo PIAP

O Grupo de Percussão do Instituto de Artes do Planalto, fundado em 1978 pelo professor John Boudler, desenvolveu um amplo programa de apresentações no segundo semestre do ano passado, tanto dentro como fora da Universidade.

Entre os locais onde o Grupo PIAP, como foi batizado, se apresentou estão o MASP, o Teatro Municipal Brás Cubas, de Santos, o Hotel Maksoud Pla-

za, o Conservatório Dramático Musical Carlos de Campos, em Tatuí, a Sala Cecília Meireles, no Rio de Janeiro. Na 18ª Bienal Internacional de São Paulo, o PIAP fez duas apresentações, uma delas assistida pelo compositor norte-americano John Cage.

Em 1986 o Grupo se apresentará em vários campus da UNESP e está programada uma viagem para a Argentina.

Departamento de Diagnóstico faz simpósio em Araçatuba

"Retro-alimentação sobre ensino no Departamento de Diagnóstico e Cirurgia" é o título do simpósio a ser realizado pelo próprio departamento da Faculdade de Odontologia de Araçatuba, dia 6 deste mês.

Para o evento, foram convidados dois ex-alunos, hoje docentes da FO e que têm consultório e cursaram pós-graduação, e ou-

tros três ex-alunos que hoje trabalham em consultório.

O objetivo do Simpósio é ouvir dos ex-alunos avaliações sobre o que aprenderam nas aulas do Departamento de Diagnóstico em relação aos cursos de pós-graduação e à aplicação prática nos consultórios, bem como sugestões para o ensino das disciplinas envolvidas.

Direitos Humanos e Constituinte, em Rio Claro

Dos dias 31 de março a 7 de abril será realizada em Rio Claro a "Semana de Direitos Humanos para a Constituinte". A iniciativa é do Grupo Ação Cultural do campus da UNESP e conta com o apoio da Secretaria Municipal de Cultura e da Comissão de Atividades Culturais da Universidade, entre outras entidades.

Os debates serão realizados em vários locais da cidade, pois o objetivo dos promotores é envolver o maior número possível de pessoas em torno da questão da Constituinte.

Marília programa Jornada de Ciências Sociais

"Com a finalidade de garantir um espaço para discussão e a divulgação de temas relevantes e da produção teórica de cientistas sociais", a FEFCS - Marília, vai promover de 22 a 24 de maio a sua primeira Jornada de Ciências Sociais, intitulada "Jornada de Estudos Florestan Fernandes".

Estão previstos sete temas para debate, todos eles sobre os principais assuntos abordados na obra de Florestan Fernandes, como "Teoria Sociológica" e "Revolução Burguesa".

O evento estará aberto à participação de outras unidades da UNESP.

Novo curso na FATEC

O Conselho Universitário aprovou, na sessão de 30 de janeiro, o funcionamento do curso de Tecnologia e Processamento de Dados para a FATEC de Sorocaba. E no dia 4 de fevereiro foi assinada a resolução UNESP 9, que dispõe sobre a criação do referido curso.

Universidade trabalha no Vale do Ribeira

O Grupo de Trabalho Universitário — GTUnesp — vem desenvolvendo uma ampla atividade junto a Área Programa Vale do Ribeira, sediada na cidade de Jacupiranga e coordenada pelo professor Antônio Talora Delgado Sobrinho.

Com início de atuação em agosto último, a Área Programa conta atualmente com projetos nas áreas de Agronomia, Biologia, Ciências Sociais, Serviço Social, Tecnologia e Saúde. Os projetos são coordenados por professores da Unesp e desenvolvidos com o auxílio de estagiários. Alguns projetos contam ainda com o apoio de órgãos locais, como a Casa da Agricultura, UEAC (Unidade de Educação e Ação Comunitária), Prefeitura.

Na área de Agronomia está em andamento o projeto "Comportamento de nove culturas de feijão na região do Vale do Ribeira", sob a coordenação dos profs. Antônio Mauro e Orivaldo Arf (Ilha Solteira), que objetiva a adaptação de feijão resistente à doenças, que seja comercializável; a semente será posteriormente distribuída aos agricultores da região.

A área de Biologia conta com três projetos: "Estudos morfológicos do sistema glandular das abelhas silvestres da região de Jacupiranga", tendo como coor-

denador a prof.^a Carminda da Cruz Landim (Rio Claro); "Aspectos bioecológicos de anfíbios anuros da região de Jacupiranga", dos profs. Elieth Floreth Spirandelli Cruz, Denise Cerqueira Rosa e Jorge Jim (Botucatu); e "Chiroptera (Mammalia) da região de Jacupiranga", do prof. Valdir Antonio Tadei (Rio Preto).

"As Igrejas e os crentes em Jacupiranga. A religião em uma comunidade agrária do litoral-sul paulista" e "Levantamento das fichas na LBA de Jacupiranga", são os projetos de Ciências Sociais, coordenados pelo prof. Mauro Chero-bim (Marília).

O campus de Franca, através da prof.^a Miriam Ferreira Martins, é responsável pela área de Serviço Social com "Programa de ação social em Jacupiranga", trabalho de integração comunitária desenvolvido com grupos de mulheres e menores.

E na área de Mineralogia e Assistência Tecnológica desenvolvem-se os projetos "Mapeamento geológico de parte da quadrícula de Eldorado Paulista, SP na escala 1:50.000", coordenado pelos profs. Norberto Morales e Antenor Zarnardo, e "Programa de Assistência Tecnológica junto à prefeitura municipal de Jacupiranga", dos profs. Ariovaldo Ta-

deu Parisotto Carvalho e Rosana M. Si-queira, todos da Fatec - São Paulo.

Finalmente, a área de Saúde, toda coordenada por pessoal de Araraquara, conta com cinco projetos ainda em fase de implantação. São eles: "Verificação de hemoglobinopatias na região do Vale do Ribeira, SP", prof. Haroldo W. Moreira; "Prevalência de anemia ferropriva e de níveis de depleção de ferro na região do Vale do Ribeira", prof. Luiz Marcos da Fonseca; "Estreptococos beta hemolíticos e níveis séricos de antiestreptolisina 'O' em escolares do 1º grau da região do Vale do Ribeira", prof.^a Clara Pechmann Mendonça; "Estudos sobre etiologia da gastroenterite bacteriana em crianças da região do Vale do Ribeira", prof.^a Clarice Kueiko; e "Enteroparitose em escolares do 1º grau da região do Vale do Ribeira, SP: incidência e tratamento", prof.^a Vera Lúcia de Santi Alvarenga.

Em breve, a Área Programa terá nova sede. Iniciam-se os preparativos para sua mudança para Eldorado Paulista, onde, melhor instalada, poderá ter planos ainda mais ousados. Segundo o prof. Talora, há perspectivas de se criar um "Centro de Pesquisa e Treinamento do Vale do Ribeira", com o apoio da Prefeitura de Eldorado.

Estudo do IGCE alerta para risco da voçoroca

O Instituto de Geociências Exatas, campus de Rio Claro, vem realizando pesquisa em vários municípios dos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul sobre a instalação e avanço das voçorocas — buracos abertos no solo pela erosão causada pelo escoamento das águas pluviais decorrentes, em muitos casos, de loteamentos mal planejados.

Em Rio Claro, a equipe, aproveitando estudos desenvolvidos por pesquisadores do Instituto de Biociências, está acompanhando a evolução de uma voçoroca localizada no Distrito Industrial, onde uma fábrica despeja lixo industrial composto de fibras de vidro. Os estudos demonstram que as fibras de vidro são levadas pelas enxurradas e alcançam o ribeirão Claro, responsável pelo abastecimento de águas da cidade. Outras fibras vão até hortas existentes na baixada e se fixam nas folhas das hortaliças — que serão consumidas em Rio Claro e cidades vizinhas.

A pesquisa sobre voçorocas do IGCE faz parte de um programa denominado **Projeto Erosão**, que conta com a cooperação da Escola de Engenharia de São Carlos (EESC/USP), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e da Universidade Católica do Paraná (ISAM/PUC/PR).

"Há voçorocas com desníveis de várias dezenas de metros, nos Estados do Paraná e de Mato Grosso do Sul que estão tragando vilas inteiras" dizem os professores da UNESP.

O problema é mais grave justamente em áreas loteadas para população de baixa renda. As ruas abertas nos morros, sem obedecerem critérios técnicos adequados, canalizam as águas para as partes baixas. Em pouco tempo instala-se o processo de erosão. Em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, por exemplo, uma voçoroca evoluiu mais de 100 metros em apenas três meses, durante as chuvas de dezembro de 1984 a fevereiro de 85. A população de um conjunto habitacional da cidade, financiado pelo BNH, chegou a entrar em pânico, temendo acidente de graves proporções, que só foi evitado graças a custosas obras de engenharia de emergência.

De acordo com os pesquisadores, os problemas mais graves no Estado de São Paulo ocorrem nas áreas urbanas de São Pedro, Casa Branca, Assis e Franca. No Mato Grosso do Sul destacam-se os casos de Campo Grande e Eldorado, entre outros.

Para a realização desse projeto os pesquisadores utilizam, além de trabalho de campo, técnicas de sensoriamento remoto, estudando imagens de radar e de satélites que são obtidas do INPE — Instituto de Pesquisas Espaciais, de São José dos Campos; da LASA — Levantamentos Aerofotogramétricos S.A. e da TerraFoto. As regiões que têm um documentário fotográfico mais antigo revelam que está aumentando o número de ocorrência de voçorocas e que muitas delas estão evoluindo em ritmo muito rápido. Em São Carlos, apenas com as chuvas do verão passado, uma das "cabeças" da voçoroca avançou cerca de 7 metros em direção à rodovia que liga a cidade até Ribeirão Bonito, arrastando toneladas de terra fértil e aumentou a extensão do buraco inaproveitável.

O Instituto de Geociências da UNESP está colocando estes estudos à disposição das comunidades afetadas, principalmente Prefeituras e organizações de defesa do meio ambiente.

FCAV planta árvores frutíferas nas ruas de Jaboticabal



Arquivo FCAV

Idealizado pelo professor Nelson Moreira de Carvalho, a Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias e a Prefeitura de Jaboticabal iniciaram o projeto de arborização das ruas da cidade com plantas frutíferas. O primeiro plantio, iniciado em novembro último, foi desenvolvido a título de projeto-piloto, com os objetivos de adquirir experiência sobre como se proceder para se verificar a reação da população.

O plantio foi executado em um bairro de moradores de baixa renda, o Jardim Santa Rosa, aproveitando trabalhos anteriores realizados pela população: horta comunitária, teatro popular, artesanato. Foram planta-

das duzentas mudas, sendo cem de manga rosa e cem de pinha biribá.

— E o projeto envolveu a participação de muita gente, cada um com uma atribuição específica: a FCAV produziu as mudas sob a orientação do professor Fernando Mendes Pereira; os alunos da Faculdade, com o auxílio da Irmã Nilce, do Colégio Santo André, fizeram um trabalho junto à população para mostrar as vantagens do projeto; a Prefeitura confeccionou os engradados de madeira para proteção das mudas; a Estação Experimental de Sertãozinho forneceu seis toneladas de esterco; e os moradores fizeram o plantio e ficaram incumbidos de cuidar das mudas.

No geral houve boa receptivi-

dade e empenho por parte da população. Por outro lado foram encontrados problemas, como a rejeição por parte dos moradores; e entre os que inicialmente aceitaram a idéia, alguns tiveram procedimento incorreto posteriormente como o abandono da muda depois do plantio, ou então plantaram a árvore no seu quintal e não no passeio público.

Mas para o professor Nelson Moreira de Carvalho o saldo do projeto-piloto é positivo: "Se não se pode dizer que o projeto foi totalmente bem sucedido, temos certeza que foi bem sucedido o suficiente para darmos continuidade em outros bairros de Jaboticabal", afirmou.